



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social**

**Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional**

## **MOVIMENTO TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A TRAJETÓRIA COLETIVA DE CONSTRUÇÃO DE SUAS LIDERANÇAS POLÍTICAS: UM ESTUDO DE CASO.**

**RAQUEL SANTOS SANT ANA<sup>1</sup>**

**VICTÓRIA DE MENEZES CASSIANO<sup>2</sup>**

**GABRIELA ABRAHÃO MASSON<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo apresenta a trajetória de uma mulher que compõe a coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e evidencia como sua identidade coletiva vai sendo construída nas lutas e, na vida em comunidade. Este trabalho é resultado de pesquisa empírica e bibliográfica e aborda os níveis de concentração fundiária, a histórica luta pela terra no Brasil e a importância dos movimentos sociais rurais.

**Palavras chaves:** Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, movimentos sociais, lideranças políticas, história oral.

### **ABSTRACT**

This article presents the trajectory of a woman who is member of the national coordinating body of the Landless Rural Workers' Movement (MST) and shows how her collective identity is being built through resistance and community life. This work is the result of empirical and bibliographical research and addresses the levels of land concentration, the historical struggle for land in Brazil and the importance of rural social movements.

**Keywords:** Landless Rural Workers' Movements, social movements, political leaders, oral history.

---

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, campus da Universidade Estadual Paulista

<sup>2</sup> Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, campus da Universidade Estadual Paulista

<sup>3</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 1- Introdução:

Este artigo traz os dados parciais de uma pesquisa realizada junto a lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e destaca especificamente a trajetória de uma mulher que compõe a direção nacional. Para situar a luta pela terra no país, o artigo aborda os níveis de concentração fundiária evidenciando que os grandes proprietários neste país tem raça e classe muito bem definidas: são majoritariamente homens brancos. Traz ainda a histórica luta pela terra no Brasil, e a importância dos movimentos sociais rurais na construção da resistência ao atual modelo de desenvolvimento agrário capitalista.

Contra-pondo-se à concentração fundiária e ao sistema monocultural que utiliza-se de insumos químicos em larga escala e trabalho precarizado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) luta pela reforma agrária popular, pela soberania alimentar e agroecologia. A resistência contínua ao latifúndio e à grande empresa capitalista no campo, tem feito com que os movimentos sociais rurais e, em especial o MST, sejam sistematicamente criminalizados em suas ações. Em um país cuja concentração fundiária é uma das maiores do mundo, são estes sujeitos coletivos que têm seguido com a pauta da reforma agrária, reivindicando que o Estado garanta o que está previsto constitucionalmente: que a terra cumpra sua função social <sup>4</sup>

A partir de pesquisa bibliográfica e documental, este trabalho aborda o tema da questão agrária no Brasil, a luta pela terra e, na sequência, o MST, sua presença viva em todo o país, e suas formas de organização e resistências.

No último item, a partir de pesquisa empírica, será apresentada a trajetória de uma militante do MST que se tornou liderança nacional; uma mulher cuja identidade será resguardada, mas que falou de sua trajetória de luta e os caminhos que fizeram dela um ser com uma perspectiva coletiva. Na realidade, sua identidade singular expressa a particularidade de muitas lideranças forjadas nas lutas dos movimentos sociais em busca de um país mais justo e soberano.

O depoimento coletado junto à liderança do MST compõe parte de um projeto de pesquisa em que duas autoras deste trabalho participaram e que foi devidamente aprovado no comitê de ética da área. Aqui serão utilizados apenas os dados parciais (o projeto previu outras ações envolvendo outro líder do movimento) coletados em 2022, por via remota. Foram quatro

---

<sup>4</sup> Segundo o artigo 186º da Constituição Federal de 1988, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente a alguns requisitos, como a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, a preservação do meio ambiente e a observância da legislação trabalhista. ( BRASIL,

horas de gravação, depois os dados foram transcritos, e parcialmente utilizados para a redação desse trabalho.

## **2. A luta pela terra no Brasil, o MST e a Reforma Agrária Popular**

O Brasil desde a sua formação como país mantém uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, com índice de GINI sempre próximo do 1, ou seja, quase concentração absoluta. No período de 2018 a 2019 o Índice GINI foi respectivamente de 0,873 a 0,821 pontos. (DATALUTA, 2020).

O acesso e a permanência na terra são historicamente condicionados pela classe social e pela raça/etnia; grande parte dos trabalhadores, em especial da população negra foi (é) expropriada, e excluída do acesso à terra.

O Atlas do Espaço rural brasileiro pela primeira vez trouxe informações sobre cor ou raça do (a) produtor(a) dirigente do estabelecimento, o que possibilitou análises inéditas quanto à distribuição espacial do (a) produtor (a) segundo sua cor ou raça, bem como o cruzamento dessa variável com a área dos estabelecimentos (IBGE, 2020).

A desigualdade se reflete na distribuição de área dos estabelecimentos agropecuários, entre os (as) produtores (as) que dirigem estabelecimentos com área total de até 1 hectare, 57,9% declararam-se como de cor ou raça parda, 25,5% branca, 13,6% preta, 8,3% indígena e 1,8% amarela. Já nos estabelecimentos com mais de 500 hectares, 72,2% dos (as) produtores (as) proprietários (as) são brancos, 23,9% pardos, 2,5% pretos, 0,4% indígenas e 0,06% amarelos. Assim, quanto maior a área dos estabelecimentos, maior a predominância dos produtores (as) declarados brancos (IBGE, 2020).

Em estabelecimentos de mil a 10 mil hectares, há mais que o triplo de proprietários (as) brancos (74,7%) face aos pretos ou pardos (23,8%). Na última faixa estabelecida pela pesquisa, de mais de 10 mil hectares, a proporção desses grupos é de 79% contra 18,9%.

Estes dados nos aproximam da realidade concreta sobre o processo de ocupação e apropriação do território brasileiro, desde a invasão, colonização e escravização dos (as) negros (as). Desde a primeira Lei de Terras no Brasil, que data de 1850, até a atualidade não houve uma justa redistribuição de terras, através da reforma agrária.

Os sujeitos que compõem as lutas sociais no campo são muito diversos: camponesas/es: agricultoras/es, arrendatárias/os, meeiras/os, ribeirinhas/os, posseiras/os, bóias-frias, diaristas,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

parceiras/os, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras/es artesanais, sem terra, assentadas/os, mulheres e homens indígenas.

São pertencentes à classe trabalhadora e compõem as lutas anticapitalistas, feministas, antirracistas, pela reforma agrária e soberania alimentar, hídrica e energética. A tônica destes sujeitos coletivos, movimentos sociais, do campo, das águas e das florestas, e das cidades, é pelo território, e sua permanência nele.

Dialogando com a trajetória de luta desses sujeitos coletivos, na resistência contra a questão agrária e racial, lembramos a liderança indígena de Sepé Tiarajú, pertencente à etnia guarani, e que construiu diversas lutas pela soberania indígena nos séculos XVI e XVII. Sepé e seu povo são referências de luta contra a expropriação exercida pelos colonizadores que massacraram o modo de vida dos povos originários.

Os Quilombos evidenciaram a relação intrínseca entre a luta do povo negro e a luta pela terra. A quilombagem foi e ainda é uma forma de construção de resistências e identidades coletivas. Palmares foi o maior quilombo, localizado na Zona da Mata, a cerca de 70 quilômetros do litoral, na região fronteira entre os Estados de Alagoas e Pernambuco. As lutas aconteceram em todo o Brasil e muitos Quilombos foram criados em diferentes porções do território (FERNANDES, B. M., 2000; MOURA, 1983).

Desde os quilombos, passando pelas ligas camponesas nas décadas de 1940 e 1950, até 1960, muitas lutas de camponeses foram “brotando do chão” em diversas regiões do país. É nesta década que, diante o agravamento da questão agrária, resultado da ausência de reforma agrária e aumento dos (as) camponeses(as) pobres, vimos o adensamento dos movimentos camponeses que se tornaram mais fortes com a progressiva organização de classe sob as influências políticas partidárias, como a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), impulsionadas pelo PCB; e o Master (Movimentos dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul) dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de João Goulart e Leonel Brizola.

Também foi registrado, por todo cenário brasileiro, o movimento de sindicalização rural facilitado pelo arsenal regulatório viabilizado pelo do governo de João Goulart. Desta conjuntura surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963.

Segundo Maria Aparecida de M. Silva (2004), em 1963 foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural, defendido por grupos políticos que levaram em conta, tão somente, as questões trabalhistas, e não a posse da terra. Assim, os milhares de parceiros, arrendatários,

colonos e moradores dotados de direitos ficaram à mercê desta lei, dos interesses e do poder político dos proprietários e latifundiários conservados e intocados.

A igreja católica, imersa nessa realidade, tinha sua ala progressista em defesa dos camponeses, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Juventude Agrária Católica (JAC) (STÉDILE, 1997). Em meados da década de 1970, já existiam em todo o Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), baseadas nos princípios da Teologia da Libertação, que eram importantes espaços de organização e luta. A culminância das Comunidades citadas foi o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975.

Esta pastoral, aliada às paróquias das periferias das cidades e comunidades rurais, passou a prestar assistência aos camponeses durante o regime militar e, até a atualidade, compõe a luta pela reforma agrária, e a luta contra a criminalização e violência no campo. Mesmo diante da repressão política, a luta pela reforma agrária e pela extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural foi muito intensa na década de 1970.

Do golpe de 1964 ao período de redemocratização a partir da década de 1980, foram os 21 anos de ditadura civil -militar, que representaram o tempo histórico necessário para o capital empreender e estabelecer seu novo projeto para o campo. O pacote tecnológico, advindo da Revolução Verde, culminou numa proposta de desenvolvimento rural que na realidade viabilizou a entrada massiva da lógica capitalista no campo.

A violência e truculência do regime ditatorial criminalizam o campesinato e suas formas de organização, além da militarização da questão agrária e aprofundamento do racismo estrutural.

A década de 1980 é marcada por uma particularidade histórica que constituiu a unificação de diversas lutas: a luta sindical. Esta tomou força em diversos estados brasileiros por meio da constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. As primeiras mobilizações operárias massivas ocorreram em 1977 motivadas por demissões e perdas salariais, sendo que a greve geral de 1989, com ampla participação de mais de 20 milhões de trabalhadores (as), foi a maior da história brasileira (SANT'ANA, 2012; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

O MST, enquanto movimento social organizado, é fruto deste processo histórico, político, econômico e social de resistência coletiva aos determinantes estruturais da questão agrária. Bernardo Fernandes (2000, p. 46) demarca a constituição do MST iniciado com a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul.

É um movimento de amplitude nacional: está presente em 24 estados e congrega cerca de 350 mil famílias assentadas, além de grande contingente de famílias de trabalhadores (as) que estão acampados, lutando pelo o acesso à terra, através da realização da reforma agrária.

Sua formação política é bastante democrática e prevê a participação de homens e mulheres nas coordenações que se estruturam por núcleos nos assentamentos. As coordenações dos assentamentos formam as coordenações regionais e, nesta mesma lógica, são formadas as coordenações estaduais e nacional.

Do ponto de vista da luta política o MST tem na ocupação de terras um dos seus instrumentos de ação histórico para a conquista de novos territórios camponeses; utiliza como estratégias de ação a ocupação de prédios públicos, marchas em prol da reforma agrária, da educação, dos direitos sociais e pela Reforma Agrária Popular (MST, 2021)

Segundo o MST, o desafio que se apresenta no atual contexto é a construção da Reforma Agrária Popular, tendo em vista que a realização da mesma é um preceito constitucional. O atual Programa Agrário do MST (MST, 2021) cujo lema é: “Lutar! Construir a reforma agrária popular!”, propõe sua realização por meio da organização, e mobilização das lutas com toda a classe trabalhadora, a fim de imprimir mudanças estruturais na sociedade capitalista. É um movimento social que articula, dialoga com outras lutas e segmentos da sociedade no sentido de viabilizar a necessidade de outro modelo de agricultura, livre de transgênicos e agrotóxicos; também atua em defesa da preservação ambiental, e da agroecologia, da igualdade de gênero e étnico racial.

Assim, é “perigoso”, pois reúne e mobiliza aquele que deveria aceitar seu destino de ser sem terra, sem trabalho, sem casa e sem perspectiva e, ainda busca aliados na cidade, nas universidades, na luta dos (as) trabalhadores (as) em geral.

Diversos estudos já foram realizados sobre este movimento social que é um dos maiores do mundo. O legado histórico e político que o MST tem construído é caudatário de todas as lutas pela terra realizadas por diversos sujeitos coletivos. Ao lutarem pela reforma agrária destacam a importância desta para a democratização de terras, a necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento agrícola alternativo, pautado na agroecologia e contraposto ao agronegócio para a produção de alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos e transgenia; o respeito a natureza e preservação ambiental da fauna e da flora; a educação no campo, através da educação popular; e promoção da soberania alimentar.

### **3. A construção do sujeito coletivo na trajetória de uma das lideranças do MST**

A proposta de recuperar a história de dois coordenadores do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) prevista no projeto original, foi com objetivo de contribuir com a visibilidade da luta pela terra e sua legitimidade. Neste trabalho destacamos a liderança feminina pois, a história do outro líder já está registrada em documentário específico.

Um sujeito coletivo como o MST se faz pela união de milhares de homens e mulheres que decidiram, por diferentes motivos e com trajetórias diversas, entrar numa luta que envolveu e envolve riscos pessoais e políticos, mas que traz consigo a possibilidade de uma vida de dignidade; vidas que cruzam diferentes lutas, territórios diversos e níveis de consciência que vão se alterando ao longo do percurso.

Dentre estes sujeitos, alguns passam a construir suas identidades não apenas como camponeses, mas como referências políticas e sociais em suas comunidades e no próprio movimento.

Ao retomar a luta dessa liderança, não se quer buscar heróis, mesmo porque numa estrutura democrática como a do MST não há espaço para protagonismo solitário de líderes; mas esta mulher expressa a trajetória de milhares de mulheres sem terra e representa uma “fagulha que incendeia”, pois constrói algo muito maior que sua própria existência individual. Daí o nosso foco neste artigo ser uma liderança nacional que tem mais de 30 anos de sua trajetória de militância no Movimento.

Roseli<sup>5</sup> (seu nome fictício) é uma mulher branca, tem entre 45 e 50 anos e é assentada no interior do estado de São Paulo. Está solteira, mãe de 4 filhas adolescentes e jovens, e é doutora em Ciências Sociais. Ela já foi membro da direção estadual e atuou no setor de educação, finanças, gênero e formação. Hoje é uma das coordenadoras nacionais do Movimento e está no setor de formação. É uma referência nacional por sua capacidade de liderança, delicadeza no trato e firmeza nos posicionamentos políticos.

A pesquisa utilizou-se da história oral para dar visibilidade à luta pela terra, abordando a existência individual que é também social dessa liderança. Trabalhar com história oral, como foi o caso da pesquisa, permitiu apreender elementos para pensar a ação de indivíduos sociais e sua perspectiva única sobre esta participação em um movimento social; como é o caso dessa liderança que carrega responsabilidades políticas de grande amplitude, mas como indivíduo apresenta a sua perspectiva pessoal sobre estas vivências.

---

<sup>5</sup> Neste artigo receberá o nome de Roseli Nunes, liderança que foi assassinada no ano de 1987 em um protesto que resultou em 14 trabalhadores rurais sem terra mortos no Rio Grande do Sul.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Aproximar-se destes sujeitos e trazer seu cotidiano permeado pela luta, pelos esforços da construção coletiva em meio a sua própria existência individual é importante para mostrar que os integrantes dos movimentos sociais são pessoas comuns que passam a construir sua identidade política a partir da luta e, isto faz com se tornem especiais para todos que defendem direitos humanos e sociais.

Portanto, a história oral é uma forma de resgatar a historicidade da experiência individual, e de seu papel dentro da sociedade (PORTELLI, 2012a), o que reforça seu caráter único, tendo em vista que historicamente as classes hegemônicas possuem controle das narrativas por meio da escrita (PORTELLI, 2012b, p. 37); assim, a história oral possibilita um contraponto ao manter viva a memória, e a voz das classes populares em meio ao constante apagamento de suas lutas.

### **3.1 A vida de Roseli como líder e mulher sem terra: suas narrativas e trajetórias.**

#### **3.1.1. O contexto de efervescência política viabilizando o encontro do sujeito individual e com as lutas coletivas**

Na década de 1980, o país vivenciou uma efervescência política com vários movimentos e lutas contra a ditadura civil militar, contra a carestia, em favor da anistia, de eleições diretas para presidente da república e etc.. É neste período, que Roseli, ainda menina, começou a participar das Comunidades Eclesiais de Base. Isto possibilitou que se aproximasse do pensamento crítico acerca da sociedade pela via da Teologia da Libertação, a qual realizava uma leitura crítica do sistema capitalista e das raízes desigualdade social.

As CEBs, conforme mencionado no item anterior, formavam grupos de reflexões, guiados pela Teologia da Libertação, “para despertar a consciência política e social ” (BURDICK, 1998, p. 11), e foi com esse aporte que ela vivencia suas primeiras experiências de organização coletiva vinculadas à igreja católica.

...[...] foi um curso de formação, né? Assim, política muito grande! Porque eu ouvi falar de terra, de reforma agrária, tudo na comunidade, né? Na comunidade de base, [...] .. foi quando eu tive contato. E os próprios retiros religiosos também traziam uma dimensão do que estava acontecendo na América Latina, El Salvador, Nicarágua, Cuba, veio tudo daí, dessa fonte, principalmente por esse viés religioso né, [...] sobre as pastorais sociais.”

A minha inserção na militância se deu na minha comunidade de base, é um grupo de freiras, né? Me conduziu até uma comunidade, uma favela, e ali a gente começou alguns trabalhos iniciais que enfim, depois eu fui elaborar que era nessa linha assistencialista, mas era enfim, super importante pra poder abrir dimensão

desse espaço, das pessoas, das famílias que moravam lá! Enfim, desenvolver muitos vínculos na comunidade, porque apesar de morar em um bairro periférico, a favela era sempre um lugar muito discriminado, né? Na comunidade, [...] adentrar na favela, conhecer as pessoas, foi um passo bastante importante. ( Roseli, acervo da pesquisa)

Nesse mesmo período de sua vida teve acesso às nucleações do Partido Comunista (PC), as quais possibilitam leituras sobre a formação sócio histórica brasileira. Ao mesmo tempo que participou de organizações populares junto com a juventude.

..a gente fez biblioteca na época, né? A gente fazia ações de solidariedade com pessoas que estavam em situação de dificuldade e enfim, fizemos praça [...], no bairro e tal, então era um agrupamento enorme de jovens e isso ajudou muito na minha formação coletiva. ( Roseli, acervo da pesquisa)

É importante destacar nesse início de trajetória, a dimensão coletiva dos trabalhos realizados: seja fazendo ações para a construção da biblioteca ou realizando atividades assistenciais, Roseli vai se familiarizando com o estar junto de quem organiza e quem recebe o que está sendo oferecido, numa perspectiva horizontal e solidária.

### **3.1.2- A formação escolar e o encontro com novas perspectivas e visões de realidade**

A história de Roseli evidencia a importância do contexto e da ambiência social, conforme descrito acima, mas também a participação individual de pessoas, como foi o caso de um professor e, depois, o papel da escola para a sua formação.

Roseli era excelente aluna, mas ao começar a trabalhar o dia todo, mesmo se esforçando, passa a não ter um bom desempenho escolar. Um professor, atento, a orienta para que procure o Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), pois lá ela poderia conseguir uma “Bolsa” para poder se dedicar aos estudos.

Ai, até que um professor [...] notava assim né... que eu assim, era boa aluna e tal, mas as notas super baixas, eu.. tipo chegava esgotada, né? Ai ele falou: “olha tem uma escola que é um ensino médio que você não vai mais precisar trabalhar, porque tem uma bolsa, você vai formar professora, ..tal” [...]. Aí, eu larguei o meu trabalho, passei ...então, era o CEFAM, né? o Centro de Educação Informação de Aperfeiçoamento do Magistério.” .( Roseli, acervo da pesquisa)

O CEFAM, situado no bairro da Lapa em São Paulo, era uma escola experimental que tinha uma proposta pedagógica inovadora e conduzida por um grupo de professores que haviam participado da resistência à ditadura empresarial militar que há pouco havia sido destituída. O aporte teórico de Paulo Freire era a referência do processo de formação e previa aulas teóricas,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

envolvimento dos/as estudantes em projetos educacionais com meninos em situação de rua, temas ambientais e de educação rural.

Nesta escola que Roseli teve contato com os aportes teóricos freirianos e com projetos que a colocaram em contato direto com a realidade social e política. No projeto de ensino rural, ela encontrou pela primeira vez os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

Tinham um de educação rural, chamava ensino rural na época, é só que esse projeto de ensino rural na realidade era pra ... é...ir em acampamentos e assentamentos do MST, conhecer escolas e tal e poder contribuir nessa parte; e foi assim que eu conheci o [...] MST, né? Então, através de projeto da escola, aí a gente se preparou muitíssimo, né? Era na época um professor muito rigoroso no preparo assim... enfim, a gente se preparou uns 6 meses antes de conhecer uma área [...]; a gente chorava em cima do livro da do Caio Prado Júnior, né? [...] a gente era novinha, só que foi super importante, né? [...] ter tido a oportunidade de ler essas coisas, muito nova ensino médio, mas foi super importante pra de fato conseguir entender que espaço era aquele do assentamento. (Roseli, acervo da pesquisa)

Ainda estudante, Roseli e a irmã participaram da educação de jovens e adultos (EJA) pelo Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA). Nesta época, Paulo Freire tinha assumido a secretaria da educação no governo de Luiza Erundina (1989 a 1992), e haviam criados vários projetos de alfabetização com uma grande movimentação das comunidades periféricas.

Segundo a depoente, o conhecimento adquirido no trabalho nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram muito importantes pois, ela sabia conversar com os alunos que vinham dessas comunidades periféricas. Durante os dois anos realizou com grande facilidade o trabalho de educação de jovens e adultos (EJA) e, segundo sua avaliação, foi uma experiência muito importante em sua trajetória.

Outro sujeito importante na formação de Roseli foi o movimento secundarista:

[...] o Movimento secundarista tinha uma dimensão boa, né? Que era a formação dos grêmios estudantis. Então, a gente formou muitos grêmios né, na nossa escola, nas escolas ao redor, nas escolas que eu tinha contato; [...] também fiz parte do movimento específico do magistério; então essa coisa toda junto com os professores, participei de várias greves, né? Então, essa construção também com o sindicato dos professores e a escola, ocupação da escola enfim, essa parte do movimento estudantil eu tive contato com o movimento secundarista, principalmente! Fui da União Municipal do estudantes em São Paulo. (Roseli, acervo da pesquisa)

### **3.1.3. A formação na universidade pública e a solidariedade entre os/as estudantes.**

Com a finalização de seu ensino médio, Roseli queria entrar para o MST, porém a mãe colocou a necessidade dela realizar um curso no ensino superior. Sem relutância, ela e sua irmã

ingressaram na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) na década de 1990, no campus de Marília, para cursar pedagogia.

A partir da sua entrada na universidade, começou a participar do movimento estudantil, mas destaca duas outras instâncias-chaves para sua formação durante a graduação: o contato com um grupo de apoio aos assentamentos e sua passagem pela moradia estudantil.

E aí é, logo tive contato na faculdade com um grupo [...] de apoio, né, a assentamentos, acampamentos de Promissão, que são próximos a Marília e isso foi bom também porque acabou me proporcionando conhecer outros assentamentos. Então, comecei a [...] participar um pouco ali por Promissão e movimento estudantil e etc. (Roseli, acervo da pesquisa)

A permanência estudantil merece destaque em sua história, pois foi o que lhe proporcionou condições de realizar um ensino superior ao mesmo tempo que aprendeu a viver em comunidade dentro de sua própria casa. Neste momento, frente aos desafios diários oriundos do próprio cotidiano, foi possível se organizar e agregar para construção da sua concepção de solidariedade, organização coletiva e formação política.

Eu considero [...] o meu período de moradia estudantil também um espaço extremamente assim interessante, [...] eu sempre acho que o ambiente né, da coletividade, da moradia, é [...] nós todos muito jovens 17, 18 anos... Eu considero que é um espaço muito fecundo né, de enfim, é de superar desafios e tal, mas também, de formação, de debate político né, [...] tinha muito excedente né? Aquele jeitinho de “ah não, é 8 mas cabe 10 e tal, o pessoal dorme no chão”. Começou a se tornar muito precário né, então, a gente mesmo sendo moradia participou da ocupação que depois foi uma coisa que... é enfim, hoje é muito mais comum ter ocupação por causa de reitoria, ocupação de não sei o que, ocupação de sala estudantil e tal. Então eu... eu considero que ali em 95 a gente pegou um... um pouco... o começo, porque a gente não tinha tanto as políticas públicas inclusivas pra pessoa né, que vinha de escola pública e tal, mas tinha uma... é assim um coisa meio de... tá ali... e falar “não, a universidade tem que abrir entendeu, tem que ter política né, pra poder ... nós existimos, né?” (Roseli, acervo da pesquisa)

Posteriormente, durante o relato de sua trajetória, Roseli retoma a importância que a coletividade experienciada dentro da moradia, um espaço fundamental dentro nas universidades públicas e que são ou devem ser parte da permanência estudantil

### 3.1.4- A participação orgânica no MST

Ainda cursando o ensino superior, Roseli deu início a sua participação orgânica com o setor de educação do MST, em um momento de grande efervescência acerca da temática agrária,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pois acabava de ocorrer o massacre do Eldorado dos Carajás<sup>6</sup>, além das diversas ocupações de terra no Pontal do Paranapanema.

Essa participação orgânica surge da necessidade de contribuir de forma mais efetiva para o Movimento,

Aí, comecei a participar assim é um pouco mais organicamente no setor de educação do MST, né? Porque enfim, eu entendi logo que esse negócio de só ir visitar e tal, era legal pra mim, mas deixava muito pouco pro Movimento, né? Então, eu também começava a me questionar assim, enfim qual era a contribuição que eu poderia dar, né? E até em retribuição, porque desde 93 eu ia visitar áreas do assentamento, todo mundo me recebia super bem, mas eu falava, e a minha contribuição, né?!" [...]

"em 97 começou a ter uma abertura maior pra eu poder participar, é ... organicamente do setor de educação do MST, né? .( Roseli, acervo da pesquisa)

Nesse período, Roseli engravida de um companheiro do MST e articula para conseguir antecipar o término de sua graduação e adentrar ao Movimento; é nesse momento que passa a ser membra do MST e vai morar em área ocupada.

Enfim, eu consegui terminar a faculdade e depois ingressar organicamente no Movimento que já tinha uma expectativa forte de estar atuando no setor de educação. Então, logo que eu me formei, nenezinha no colo, [...]minha primeira filha, ai junto com esse companheiro, com qual eu vivi por 11 anos, a gente foi pra região do Vale do Paraíba, [...] a gente foi morar [...] num lote cedido né, provisório de um outro assentado né, fizemos dali [...] uma habitação, um barraco, e ficamos acompanhando a regional né. .( Roseli, acervo da pesquisa)

Foi um período de grandes desafios, mas o que marcou efetivamente para Roseli foi a solidariedade, e o companheirismo dos membros da comunidade no sentido de acolhê- los com sua bebezinha e, a atuação e aprendizado no Setor de Educação.

### **3.1.5- A vinda para Ribeirão Preto- SP e a tarefa de organizar a luta: assumindo a liderança na construção de sua própria trajetória individual**

Roseli adentra o Movimento no Vale do Paraíba, mas devido aos conflitos agrários e assassinatos de militantes, ela e seu companheiro partem para a região de Franca - SP, onde havia movimentações acerca da luta pela terra, com a ocupação do Horto da Boa Sorte, em Restinga - SP.

"já tinha algumas ocupações de terra na região de Franca tinha acontecido né, em 98, é a ocupação no horto Boa Sorte no primeiro de janeiro, né? Então, o pessoal

---

<sup>6</sup> O massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu no dia 17 de abril de 1996 na região do sul do Pará, sendo um dos crimes mais violentos do Brasil, pois assassinaram 21 trabalhadores rurais sem terra de forma brutal durante uma manifestação. A intervenção foi feita com autorização do governo estadual e o crime segue impune.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

incrivelmente fez nessa data a ocupação né, R? E, é impulsionado ali pelo sindicato dos sapateiros que tinham uma atuação, porque o número de sapateiros era impressionante em Franca né, [...] eles tinham muita influência na cidade. E um pouquinho antes, já tinham acontecido também ocupações de terra ali na região de Barretos, Colômbia, Colina, né? Então, o Movimento propôs que eu e meu companheiro e mais um grupo de militantes pudéssemos nos deslocar pra Franca pra enfim, ir analisando os companheiros que já estavam fazendo a luta lá, a possibilidade da gente construir uma regional do MST. .( Roseli, acervo da pesquisa)

Esse momento foi necessário para sua formação como militante dentro do Movimento, pois proporcionou o contato com grandes referências da luta pela terra e, com uma ambiência política de grande efervescência devido a atuação dos sindicalistas da região ligados ao setor calçadista.

Lá em Franca também, aí fomos desenvolvendo uma relação né com a militância né [...] do Horto Boa Sorte. Ai, foi ai que eu tive contato com a \*\*\* né, com o \*\*\* né, enfim né, outras tantas referências também deste espaço a \*\*\* que era uma dirigente que ela veio [...] de Ribeirão Preto [...] através do sindicato dos correios, né? Estou falando dessa coisa dos sindicatos, porque é a importância do sindicalismo nas lutas sociais era muito... assim implicado né, em lutas concretas .... Então, tanto o sindicato dos correios e dos sapateiros, eles foram fundamentais. .( Roseli, acervo da pesquisa)

Roseli como membro do Setor de Educação do MST, realizou várias viagens, nas quais ia acompanhada de sua filha ainda bebe. Isto contribuiu para que participasse da discussão sobre as cirandas infantis, as quais se configuram como um espaço político pedagógico para as crianças “sem terrinha”, mas também, viabiliza que as mulheres possam participar das discussões de forma ativa e não só os homens. Mesmo sendo uma demanda posta pelas mulheres, foi o setor de educação que conduziu a discussão para o direito das crianças e o pertencimento gerado por essa metodologia.

Então isso aparece num primeiro momento como uma demanda do setor de gênero [...] o setor de gênero foi formado em 2000, mas tinha assim articulação das mulheres no Movimento e tal, então... e isso aparecia com força assim, como uma questão “oh como a gente participa, né? Vocês têm a tranquilidade de estar na reunião e não se preocupar com nada, né?A criança chorou? Todo mundo vai olhar pra criança, entendeu ? E vai olhar pra mãe da criança, tipo dá um jeito nesse criança, né , tá atrapalhando.” Então, primeiro começou como uma demanda das mulheres, mas depois o setor de educação recuperou uma outra dimensão que é a dimensão do direito das crianças[...] tem que ser um espaço pedagógico bacana né, então até pra gente conseguir formar é... gente que no futuro vai gostar da luta, né? Que não vai... não vai ter mágoa dos seus pais [...], então o espaço da ciranda tem que ser um espaço apaixonante, um espaço gostoso, né? Então, eu peguei né, a minha primeira filha pegou [...] justamente esse momento da organização das cirandas infantis, [...] espaços muito... assim que a criança não queria sair nunca mais! Assim, que era muito muito legal e de socialização das crianças, né? E essa foi uma dimensão que foi crescendo bastante no movimento. .( Roseli, acervo da pesquisa)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ao chegar à região de Ribeirão Preto, na capital do agronegócio, a situação era muito complexa. Os trabalhadores ligados a esta cadeia produtiva tinham péssimas condições de vida e trabalho. Ela cita uma situação que fez com que fossem para o município de Matão, próximo a Ribeirão Preto, e lá organizassem uma ocupação de terras.

Então a gente foi pra Matão, [...] porque tinha essa situação específica dessa usina que estava falindo e tal, que não tinha pago os trabalhadores. Foi super acertado, porque a gente fez ocupação com umas [...] 400 famílias... em 10 dias aquilo cresceu rapidamente pra 1.200!m, foi uma coisa muito impressionante! Eu não tinha acompanhado ainda um fenômeno de massa assim e é um negócio impressionante, né?! Do tipo as pessoas vinham, fretavam caminhão, descarregavam mudança inteira, vinha com fogão, vinha com não sei o que, chamava os parentes. .( Roseli, acervo da pesquisa)

A partir da ocupação em Matão que Roseli desenvolve um sentimento maior de pertença, pois foi o acampamento que considerou como o seu de origem e, onde o sentimento de coletividade se tornou ainda mais forte.

No decorrer das atividades que foram sendo desenvolvidas no acampamento, surge a proposta de uma escola itinerante no território. Fizeram a mobilização e, com a aprovação do prefeito, desenvolveram trabalhos de EJA, e ensino fundamental no local. As experiências do passado e as vivenciadas no setor de educação do MST, contribuíram para que novos projetos fossem desenvolvidos e, a trajetória de Roseli como liderança política fosse se desenhando de maneira concreta e efetiva. Mas, por uma questão de saúde, precisou se afastar da militância política, e quando consegue retornar, ela vai para outra ocupação, no município de Ribeirão Preto.

Roseli retorna agora em um sítio cedido pela Igreja Católica para o Movimento, o Centro de Formação Pau'Alho onde, junto com sua família - agora já com duas filhas -, cria raízes por 11 anos. Nesse Centro de Formação grandes articulações vão sendo construídas pelo MST.

... ele vira rapidamente um espaço aglutinador, né, pra receber curso de formação do Movimento né, a gente faz a brigada de agroecologia, né?O Movimento tá ali, se abrindo, né?! Para toda a discussão ambiental, de agroecologia, né?! Então, um... um debate superinteressante também. .( Roseli, acervo da pesquisa)

E a partir daí começaram a organizar trabalhos envolvendo as universidades, com projetos voltados para a educação e cultura que ainda hoje seguem reunindo diversos grupos de extensão e pesquisa.

Em 2003, o MST realiza a ocupação da fazenda da Barra, a segunda de Ribeirão Preto, - concomitante com a chegada da terceira filha de Roseli. Esta ocupação contou com aliados fortes



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

que contribuíram para uma grande movimentação política na região e, com isso, promoveram um importante respaldo político.

Durante um longo período foram sendo travadas lutas e ocorrendo diversas ocupações nesta região, inclusive com fortes repressões advindas de ruralistas que os perseguem até hoje. Em 2007, o Movimento tem uma grande vitória e a fazenda da Barra é destinada à reforma agrária e inicia-se o processo de formação de vários assentamentos. O assentamento rural que é organizado pelo MST recebeu o nome de Mário Lago e, hoje, é uma referência do debate sobre agroecologia no Brasil.

Em meio disso, Roseli concebe sua quarta filha e passa por uma separação traumática com seu companheiro. Neste momento, Roseli aponta que encontrou muito amparo e, demarca este como mais um dos traços dessa coletividade proporcionada pelo Movimento. Ela pôde seguir sua militância, permaneceu no lote e teve amparo para cuidar de suas quatro filhas pequenas.

Após alguns anos, Roseli vê a oportunidade, já com as filhas mais crescidas, de voltar a estudar e faz mestrado em ciências sociais e, logo na sequência, o doutorado. Retomar os estudos trouxe para sua vida uma sensação de uma maior autonomia e em 2014, passa a assumir tarefas mais nacionais, que a levaram à coordenação nacional.

Estou, hoje, aí nessa coordenação nacional, até porque já estou há muitos anos no Movimento, então é um... é um acúmulo que a gente tem que é importante dar um retorno também, né? Então, de acompanhamento aos estados, acompanhamento aos setores. Então, hoje a minha tarefa, ela não é uma tarefa de São Paulo, [...] tem essa atribuição de girar mais as regionais, nos estados.” (Roseli, acervo da pesquisa)

No depoimento muitas outras vivências foram descritas; muitas incluindo momentos de extrema tensão e perigo às famílias devido aos conflitos com fazendeiros. Por uma questão de espaço, priorizamos focar na trajetória dessa liderança que, como mulher, contribuiu, e segue contribuindo com o MST e a luta pela terra no Brasil. Ela pôde ser mãe, esposa, namorada, assentada, educadora, enfim, construir sua identidade NO e COM o Movimento.

#### **4- Considerações finais**

Neste artigo, trouxemos alguns pontos cruciais para evidenciar a construção do sujeito coletivo na trajetória de uma das lideranças do MST; por uma questão de espaço, não foi possível elencar outros dados da pesquisa, mas procuramos destacar a importância da conjuntura política, das opções feitas individualmente ou com auxílio/ pressão de pessoas ao seu redor e, da coletividade vivenciada no MST.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A solidariedade que hoje movimenta Roseli, foi marcada e construída justamente pela solidariedade que ela recebeu e aprendeu nos espaços por onde passou. No Movimento foi possível para, ela militar e cuidar de 4 filhas, mesmo depois da separação; ali se sentiu acolhida desde o início quando chegou em um acampamento com uma bebe até agora quando mora em um assentamento e atua na direção nacional, contando com o apoio de sua comunidade para o cuidado de seu lote. Essa troca fez com ela se sentisse segura nessa coletividade durante toda a sua trajetória.

A coletividade foi a chave de sua vida, pois trouxe pertencimento, aprofundamento crítico, e permanece sendo o que a move nos trabalhos que executa na atualidade. O que a menina começou no passado foi amadurecido e os caminhos que trilhou fora e depois junto ao MST , fizeram dela uma referência nacional como militante. Roseli respira luta!

### Referências bibliográficas:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BURDICK, John. Procurando Deus no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBGE. Atlas do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em 20 jul. 2024.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. 384 p. (Biblioteca básica do Serviço Social).

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. Revista Afro-Ásia, n.14, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448> . Acesso em 08 fev. 2024.

MST. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST? Disponível em <https://mst.org.br/2021/07/16/O-que-e-o-Programa-de-Reforma-Agraria-Popular-do-MST-MST>. Acesso em julho de 2024.

PORTELLI, A; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELON, R. T. D. HISTÓRIA ORAL COMO GÊNERO. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. I.],



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

v. 22, 2012a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PORTELLI, A; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELON, R. T. D. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 14, 2012b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

[RELATORIO-DATALUTA-BRASIL-2020.pdf](#) Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Jose-Sobreiro-Filho/publication/345983567\\_RELATORIO\\_DA\\_TALUTA\\_BRASIL\\_-\\_2020/links/5fc1331c458515b7977b7bb0/RELATORIO-DATALUTA-BRASIL-2020.pdf?origin=publication\\_detail&tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uRG93bmxvYWQlLCJwcmV2aW91c1BhZ2UiOiJwdWJsaWNhdGlvb2J9fQ](https://www.researchgate.net/profile/Jose-Sobreiro-Filho/publication/345983567_RELATORIO_DA_TALUTA_BRASIL_-_2020/links/5fc1331c458515b7977b7bb0/RELATORIO-DATALUTA-BRASIL-2020.pdf?origin=publication_detail&tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uRG93bmxvYWQlLCJwcmV2aW91c1BhZ2UiOiJwdWJsaWNhdGlvb2J9fQ). Acesso em julho de 2024.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho Bruto no Canavial**- questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez. 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. (Paradidáticos; Poder).

STEDILE, João Pedro.. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.